

USO DE FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO DE MUNICÍPIOS DAS CAPITALS BRASILEIRAS

THE EMPLOYMENT OF DIGITAL COMMUNICATION TOOLS
IN CITY MANAGEMENT OF BRAZILIAN CAPITALS

Monica Franchi Carniello ¹
Moacir José dos Santos ²
Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira ³

RESUMO

O presente artigo resulta da pesquisa sobre o uso de ferramentas de comunicação digital na gestão municipal das capitais dos Estados brasileiros. A premissa que fundamentou a realização da pesquisa é a necessidade de constituir canais de comunicação entre a população e a gestão municipal para consolidar processos democráticos de administração. O fundamento teórico é a concepção de Amartya Sen (2000) sobre o desenvolvimento, que tem relação direta com a ampliação do acesso à informação, o que torna a constituição de mecanismos participativos de gestão estratégica para a eficácia da administração municipal. A investigação ocorreu com a aplicação da pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, com delineamento documental. Verificou-se que os municípios fazem uso das tecnologias disponíveis para disponibilizar informações essenciais aos munícipes, condição fundamental para a gestão participativa.

Palavras-chave: Comunicação Digital. Desenvolvimento Regional. Gestão Municipal.

ABSTRACT

This paper results from research on the use of digital communication tools in the management of the municipality of Brazilian capital states. The assumption that based the achievement of the research is the need to establish channels of communication between the population and municipal management to consolidate the democratic processes of government. The theoretical foundation is the concept of Amartya Sen (2000) on sustainable development, that results from increased access to information, which makes the establishment of participatory management a strategy for the success of the municipal administration. The investigation occurred in the application of descriptive, qualitative and documental approach. It was found that municipalities make use of available technologies to provide essential information to residents, a key condition for participatory management.

Keywords: Digital Communication. Regional Development. Municipal Management.

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Professora-pesquisadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. E-mail: monicafcarniello@gmail.com.

² Doutor em História (UNESP). Professor-pesquisador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. E-mail: santos.mj@ig.com.br.

³ Doutor em Engenharia (ITA). Professor-pesquisador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. E-mail: edsonaaqo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O período compreendido entre a última metade do século XX e, especialmente, os primeiros anos do século XXI têm como característica a inovação tecnológica, cujo centro é o desenvolvimento e a popularização de novas mídias baseadas na linguagem digital. Essas ferramentas de comunicação, cuja peculiaridade é a estrutura em rede, ampliaram em grande dimensão a comunicação humana. Neste processo, os instrumentos de comunicação à disposição dos usuários da rede mundial de computadores proporcionaram novas formas de interação e agrupamento social, cujos impactos são objeto de estudo no campo das Ciências Sociais. A criação, a difusão e a consolidação recente das comunidades virtuais, via comunicação *on-line*, possibilitaram que informações com múltiplas origens estimulassem a pesquisa das aplicações da comunicação digital.

O impacto da internet e outras mídias digitais provocou a emergência de diversas possibilidades de desenvolvimento de gestão e publicidade, uma vez que o ambiente digital permite finalidades múltiplas, tais quais diversão, expressão artística, entre outros. Dentre as possibilidades, a exploração da comunicação digital na administração pública é um recurso inovador para os gestores públicos dinamizarem a comunicação com os diversos segmentos sociais interessados em conhecer os resultados das ações efetivadas em decorrência da ação do poder executivo municipal, bem como forma de viabilizar a gestão participativa.

Esse quadro comunicacional constituiu uma oportunidade para os administradores públicos. O enfoque desta pesquisa é na administração municipal das capitais dos estados brasileiros. Todas as capitais do país contam com sites desenvolvidos para explorar as possibilidades de interação entre o poder executivo e os diversos segmentos da população. A divulgação dos serviços realizados, a divulgação de eventos e a canalização de reclamações e sugestões por parte do público são alguns dos elementos comuns que caracterizam o uso de sites por parte das prefeituras. Outro aspecto pertinente aos sites municipais é a apresentação de informações para atrair investidores ou turistas. O perfil das atividades desenvolvidas no município pode ser um parâmetro estratégico para a conquista de recursos econômicos.

O presente artigo busca problematizar como a comunicação digital é aplicada na esfera governamental mediante a análise dos sites das prefeituras das capitais estaduais brasileiras. O desenvolvimento e a aplicação de recursos da comunicação digital na gestão municipal é um recurso estratégico para os

governantes otimizarem o diálogo com a sociedade e refletem o paradigma da gestão participativa em escala municipal, aspecto institucionalizado a partir da Constituição de 1988.

O panorama político brasileiro contemporâneo tem como característica a autonomia da gestão municipal. Os municípios brasileiros têm expressiva autonomia de em razão de mecanismos participativos institucionalizados, situação oficializada a partir da aprovação do Estatuto da Cidade na última década do século XX. O Estatuto da Cidade é um dispositivo legal estratégico para a dinamização das gestões municipais e representa o avanço brasileiro em direção a gestão municipal democrática.

O desenvolvimento da comunicação da administração municipal é um segmento fundamental da comunicação urbana. A comunicação entre o poder executivo e os munícipes embute a possibilidade de dinamização da gestão por meio do conhecimento das ações da administração ou da incorporação de sugestões para a efetivação de demandas da população. Outro aspecto é a projeção de visibilidade às cidades, abordagem que tem ganhado evidência e se delineado a partir da aplicação dos princípios do marketing a lugares. Kotler et al. (2006) defendem a utilização da gestão de marketing para destacar lugares, em suas distintas dimensões, entre elas a escala municipal, para que esses possam se projetar no cenário mundial.

A revisão das práticas de gestão possibilita o desenvolvimento e a aplicação de novos instrumentos mais adequados a novas relações urbanas que emergem do impacto das novas mídias sobre as relações sociais e da reformulação das relações de produção, no bojo da globalização econômica intensificada entre os séculos XX e XXI. A atração de investimentos depende da competência em divulgar os recursos econômicos que caracterizam a cidade bem como o capital social que potencializa a dinamização do processo produtivo. Desta forma é configurada uma nova urbanidade, cujas características são otimizadas com o impacto das redes de comunicação digital. Entretanto, o mero desenvolvimento das redes de comunicação social e sua incorporação comunicação do poder executivo não são suficientes para canalizar seu potencial em benefício dos cidadãos. É estratégico refletir e planejar a utilização das mídias digitais mediante a consideração das características da nova urbanidade constituída com o impacto das novas mídias e das relações de produção organizadas em razão do desenvolvimento do universo virtual.

Em tempos de globalização, cidades do mundo inteiro estão desafiadas por

profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. As transformações recentes requerem novos modelos de gestão inovadores, assim como novos instrumentos, procedimentos e formas de ação, a fim de permitir que os administradores públicos tratem as mudanças de uma sociedade globalizada (REZENDE; FREY; BETINI, s.d.).

O objetivo deste artigo é caracterizar os usos de ferramentas de comunicação digital na gestão dos municípios que são capitais dos estados brasileiros. Esta pesquisa e o objetivo que a delineou tem como pressuposto a possibilidade de os meios de comunicação constituírem ferramentas facilitadoras da gestão democrática e, portanto, do estímulo ao desenvolvimento regional, uma vez que as duas variáveis estão diretamente relacionadas, como destaca Sen (2000). A revisão de literatura tem como objetivo apresentar as reflexões elaboradas sobre o impacto social dos meios de comunicação digital e a gestão municipal, caracterizando o campo de investigação em que está pesquisa está inserida.

1 COMUNICAÇÃO DIGITAL RELACIONADA À GESTÃO DOS MUNICÍPIOS

Nas últimas décadas, a dinâmica tecnológica dos meios de comunicação produziu e difundiu novos processos de comunicação. Essa reconfiguração favoreceu a emergência de mecanismos de mediação que alteraram ritmo da dinâmica urbana contemporânea.

Segundo Choay (apud PICCINI, 2003, p.2), o urbano pode ser entendido como

um sistema operatório que se desenvolve em todos os lugares: nas cidades e no campo, nas vilas e nos bairros, a partir de redes materiais e imateriais e de um conjunto de objetos técnicos que põem em circulação um mundo de imagens e informações que transformam os vínculos que as sociedades mantêm com o espaço, com o tempo e com os indivíduos.

A velocidade e o volume de dados que circulam por meio dos processos de comunicação contemporâneos, em particular no espaço virtual, provocam mudanças significativas na percepção do tempo e do espaço. As mídias têm papel estratégico para a estruturação dos principais elementos que caracterizam essas redes na cidade contemporânea. Um aspecto fundamental da transformação das relações entre as sociedades atuais e o espaço e o tempo, típico do papel estruturante das mídias, é o desenvolvimento do processo e das relações políticas mediante a intermediação e a atuação decisiva dos veículos de comunicação, que

determinam a condução das disputas políticas na esfera pública. As discussões políticas raramente se dão por meio da intercomunicação pessoal, e sim são mediatizadas. Portanto, a transparência e o equilíbrio do processo democrático dependem integralmente do acesso equilibrado à informação e às mídias.

A constituição da sociedade de massa na primeira metade do século XX, com a decisiva intermediação dos meios de comunicação massivos, representou a possibilidade de construção da percepção política do público em função da ação de grupos de perfil autoritário. O exemplo clássico é ascensão do nazismo na Alemanha na década de 1930. A elaboração de mecanismos sofisticados de propaganda política agregou insatisfação com a crise econômica, antissemitismo e eficiência na gestão da comunicação social para potencializar a favor do regime nazista as frustrações da população alemã.

A emergência e a consolidação da sociedade em rede, baseada na comunicação interativa, apesar da possibilidade da elaboração de representações comprometidas com interesses autoritários ou escusos permanecer, acrescenta um novo elemento ao cenário da gestão pública. Destaca-se a participação da população nas redes sociais, que pode ser definida como fator multiplicador da liberdade e da democracia ao favorecer a expressão de opiniões, pois as redes sociais e a comunicação digital permitem a participação da população nos processos de gestão por conta do baixo custo, da cobertura global e da interatividade propiciadas com as novas mídias.

O contraste entre a relação passiva e indireta do público com os meios de comunicação convencionais predominantes até o final do século XX e a emergência dos dinâmicos meios digitais e sua interlocução direta propiciam desafios e oportunidades aos administradores públicos. Afinal, as alterações provocadas na sociedade contemporânea através do impacto da comunicação provocam a constituição de novas possibilidades de gestão pública.

A comunicação constitui uma das áreas mais dinâmicas e fecundas para a aplicação de novas ferramentas de mídia para aproximar a população e os gestores públicos, bem como dialogar com outros interlocutores da cidade, como turistas e investidores. Ressalta-se que a imagem de uma cidade ou lugar é “fabricada” tanto para o público interno quanto para o externo. É produzida pelos atores urbanos, pela comunicação publicitária e pela imprensa oficial do município (ROSEMBERG, 2000, p.3), somada à própria configuração espacial do lugar, que por si só já comunica. Daí a relevância dos sites oficiais do

município como um dos canais de comunicação.

O aproveitamento do potencial dos meios de comunicação digital para a consolidação de uma gestão mais democrática e inclusiva não é imediata. As possibilidades são apontadas enquanto premissas embutidas nas características técnicas das internet. Sua efetivação em consonância a premissas de interatividade efetiva e inclusão democrática é relativa à organização da comunicação entre a gestão municipal e os cidadãos com esse objetivo.

Esse cenário provoca a reflexão sobre a construção da imagem dos municípios no mercado global de cidades. Conforme Kotler et al. (2006, p.71), a imagem de um lugar pode ser:

- excessivamente atraente: atrai públicos em demasia, sem ter a condição de atender suas demandas;
- positiva: o lugar é bem visto por seus públicos;
- fraca: não é clara a imagem do lugar, não há evidência de aspectos relativos ao lugar;
- contraditória: coexistem aspectos negativos e positivos sobre o mesmo lugar;
- negativa: a imagem é vinculada a aspectos negativos.

A comparação entre o dinamismo do espaço virtual e a complexidade das relações sociais aponta para duas premissas que balizam a investigação e a reflexão sobre a elaboração de estratégias para a aplicação dos mecanismos possibilitados com a comunicação digital. A primeira premissa está relacionada à constatação de Castells (1999) sobre as vantagens inerentes à posição social dos grupos economicamente privilegiados. Historicamente essas forças sociais têm maior acesso às inovações tecnológicas e as instrumentalizam para preservar e efetivar seu poder em relação aos demais grupos sociais. O rompimento desta desigualdade histórica depende de ações do poder público, da realização de iniciativas para favorecer a disseminação da tecnologia e provocar a inclusão social. A realização desta ação é estratégica para o alcance das possibilidades inerentes à comunicação digital, pois o conhecimento disseminado com a tecnologia digital é um fator decisivo para o desenvolvimento social.

A segunda premissa constitui um alerta sobre o impacto da tecnologia quanto ao desenvolvimento humano. Sob este prisma, o acesso à informação e o diálogo com os gestores públicos constituem indicadores da efetiva liberdade política, que potencializam a inclusão social. A efetivação da liberdade política para Sen (2000) é pressuposto do desenvolvimento humano. Entretanto, a efetivação do desenvolvimento humano

está relacionada a diversas variáveis cujo elo comum é a liberdade. Para o autor, o acesso à informação caracteriza as sociedades mais desenvolvidas e também é fator promotor da elevação da qualidade de vida por tornar mais transparente a gestão pública. E, em consonância com a primeira premissa, a segunda indica a necessidade de potencializar a comunicação digital para a conquista de recursos adequados ao desenvolvimento econômico e social. Portanto, segundo Sen (2000), o poder público tem função estratégica para a realização do desenvolvimento humano ao garantir as liberdades que o pautam.

No caso das cidades, o desenvolvimento municipal pode ser potencializado com a qualificação dos cidadãos mediante ações de inclusão na gestão do município. A própria atração de investidores, sem depender da ação de um Estado centralizador e controlador, pode ocorrer mediante o contato direto os investidores e o poder executivo municipal. Os gestores podem atuar como mediadores entre as reivindicações dos cidadãos e o poder público, facilitando a consolidação do desenvolvimento humano.

A elaboração do Estatuto da Cidade, resultado das mudanças gestadas a partir da constituição de 1988, que tem como fator determinante o desenvolvimento do processo de redemocratização do Brasil após o fim da ditadura militar iniciada em 1964, instituiu uma nova fase na execução de políticas públicas no âmbito municipal. O Estatuto da Cidade atribuiu aos municípios, na condição de unidades da federação, expressiva autonomia de gestão, especialmente quanto à gestão participativa, que propicia ação destacada aos múltiplos atores sociais participantes da dinâmica social urbana.

Nas últimas décadas, a consolidação do Estatuto da Cidade consubstanciou a tendência de participação ativa dos cidadãos na gestão dos municípios brasileiros. O exemplo mais conhecido é da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, cuja principal marca foi, nas últimas gestões, a participação da população na escolha das ações realizadas por parte do poder executivo municipal. Institucionalizada e pautada por instrumentos legais definidos no Estatuto das Cidades e envolvendo o setor produtivo, o setor público, a sociedade civil organizada, a gestão participava tende a adquirir maior dinamismo e impacto com a intensa utilização das redes de comunicação digital.

No momento de elaboração do Estatuto das Cidades, os canais de comunicação restringiam-se aos meios convencionais, cuja principal característica residia no aspecto passivo da relação entre os municípios e os gestores. A forte tradição burocrática

do poder executivo brasileiro, em todos os níveis da administração pública, aliada a cultura autoritária formada durante a ditadura militar conformam uma estrutura resistente à mudança significativa que a gestão participativa provoca. A emergência das redes virtuais de comunicação digital representa uma oportunidade ímpar para alterar essa característica estrutural. Entretanto, como alerta Castells (1999), é fundamental perceber que as relações sociais assimétricas que são caracterizadas com o desequilíbrio na distribuição dos recursos sociais tende a persistir mesmo em cenários de significativa alteração tecnológica. Cabe aos gestores públicos municipais desenvolver o uso das redes de comunicação de forma a estimular a participação mais ampla dos diversos segmentos sociais.

A consolidação da comunicação digital permite constituir uma relação mais estreita entre os cidadãos e os gestores municipais, com foco na localização das demandas concernentes ao desenvolvimento social. E nos países em desenvolvimento a ação mais incisiva do governo municipal deve ser eficiente para impedir que a dependência de outras esferas de poder comprometa a conquista de padrões mais elevados de qualidade de vida. Para Frey (2003, p. 165), em função dos programas de ajuste estrutural implementados em boa parte dos países nas últimas décadas, envolvendo políticas de austeridade, desregulação, privatização e uma retração geral do Estado da esfera econômica, o setor público está sofrendo grandes transformações, sobretudo um aumento da dependência das decisões de agentes econômicos privados. Nas cidades, particularmente nos países em desenvolvimento, observa-se uma crescente perda de governabilidade. Faltam condições e ferramentas adequadas de gestão para implementar iniciativas efetivas de desenvolvimento local, capazes de promover um desenvolvimento sustentável no âmbito das comunidades locais, respeitando as exigências de justiça social. Faltam estruturas e instituições de governança local apropriadas para estimular a ação coletiva e articular os diferentes atores locais em torno de objetivos comuns de desenvolvimento local.

Perante esse cenário descrito por Frey (2003), a constituição de novas estruturas de comunicação adequadas à otimização do uso da comunicação digital para implantação dos mecanismos de estímulo do desenvolvimento local é fundamental. Castells (1999) aponta a comunicação digital como instrumento que tende a reduzir a distância entre as demandas coletivas e os meios adequados à sua satisfação, pois a comunicação estruturada em redes pode favorecer a

superação das barreiras físicas entre os grupos sociais. Todavia, Castells (1999) destaca que a internet e as novas mídias têm a tendência de repetir as assimetrias sociais. Sua utilização é condicionada com o acesso a computadores, cuja posse implica em custos financeiros. Sob esta ótica, os grupos com maior renda têm, historicamente, acesso privilegiado a novas tecnologias.

Os privilégios adquiridos em função da posição social privilegiada são ampliados com a estruturação inerente as relações sociais constituídas no interior destes grupos. A convergência de interesses permitiu a otimização dos objetivos mediante a organização eficiente de partidos políticos, associações de classe e redes sociais cuja dinâmica favoreceu a formação de redes de comunicação no interior das elites sociais. Para Castells (1999), essa vantagem competitiva possibilitou historicamente aos grupos dominantes articular de modo mais efetivo suas demandas em comparação aos demais grupos, cujo grau de desarticulação é agravado com a carência de ferramentas de comunicação inerentes a esses agrupamentos e também com o poder público.

A história da implantação das inovações tecnológicas no Brasil aponta para a manutenção do padrão social desigual no uso destes novos recursos. Todavia, a reprodução das relações assimétricas presentes na sociedade brasileira deve ser combatida na aplicação dos meios de comunicação digital na gestão dos municípios brasileiros. A introdução e a utilização das novas ferramentas de comunicação digital na gestão pública devem ter como parâmetro o planejamento de recursos e estratégias que revertam essa característica histórica.

O âmbito da administração municipal constitui o espaço institucional pertinente para a ruptura com este padrão negativo que condicionou a introdução de outras mídias em períodos históricos distintos. A organização gestão municipal deve possibilitar o envolvimento dos diversos segmentos sociais da população, particularmente para otimizar a implantação e o uso das novas ferramentas de comunicação. A renúncia ao planejamento do uso institucional da internet retifica a exclusão histórica da maioria dos cidadãos da administração da cidade. A Tabela 1, no entanto, demonstra que o acesso à Internet por parte do cidadão comum tem aumentado significativamente nos últimos anos, apesar de menos de ¼ dos domicílios brasileiros terem acesso à rede, o que é uma barreira a ser superada ainda para se atingir o uso pleno da comunicação digital como instrumento facilitador da gestão participativa em escala municipal.

Tabela 1 - Domicílios com acesso à Internet - Brasil (2005-2009)

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET Percentual sobre o total de domicílios				
2005	2006	2007	2008	2009
12,93%	14,49%	17%	20%	24%

Fonte: Adaptado de Comitê Gestor de Internet no Brasil (2010)

O desenvolvimento do modelo de gestão com participação de atores sociais e uso de mídias digitais implicou a elaboração de nomenclaturas específicas como o termo governo eletrônico, que enfatiza o uso de novas tecnologias de informação e de comunicação no escopo de atuação e funções desempenhadas pelo governo, tornando-se uma ferramenta facilitadora da transparência e da gestão pública.

Na sociedade contemporânea, a opção comunitária está confrontada com dois desafios principais, ambos em aparente conflito: em primeiro lugar, trata-se de aprender com a elite empresarial no que diz respeito à sua estratégia de organizar-se em redes e aumentar, desse modo, a capacidade para a ação coletiva e a cooperação por meio da promoção de confiança e reciprocidade entre os membros das redes; em segundo lugar, trata-se de evitar as tendências de exclusão - muito comuns nas redes empresariais - e garantir procedimentos democráticos e práticas coletivas baseadas em deliberações públicas e interativas, de modo que condições para a promoção do bem comum possam ser efetivamente melhoradas. No contexto de crescentes conflitos sociais e culturais, em uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada, e em face de novas e inusitadas potencialidades de criação de redes em função da disseminação dos TICs, os riscos relacionados à segregação, à exclusão e a um possível aumento de conflitos e de intolerância devido à proliferação dessas novas estruturas de rede não devem ser subestimados (KEYS, 2003, p. 176).

Porém, a ameaça da persistência dos desequilíbrios sociais mediante a incorporação da comunicação digital na administração municipal não pode ser entrave ao estudo sobre como e por que implantá-las, por que negligenciar as possibilidades da comunicação digital implica o abandono dos instrumentos adequados ao rompimento do histórico distanciamento da maioria da população brasileira da administração pública municipal.

Sen (2000) indica que a liberdade é essencial

para a conquista do desenvolvimento social em razão de dois aspectos: o desenvolvimento sustentável representa a elevação da quantidade de pessoas que vivem em liberdade na sua acepção mais ampla, e o segundo, o acesso a liberdade equivale à continuidade do desenvolvimento e a extensão a todas as camadas da sociedade. Para o pesquisador, a liberdade política é estratégica por favorecer a iniciativa social para a luta contra os fatores que limitam a consolidação das disposições que estimulam o desenvolvimento como, por exemplo, o acesso ao saneamento básico e à segurança alimentar. É importante delinear que a discussão sobre as consequências da liberdade política permeiam a reflexão de Amartya Sen (2000) sobre o desenvolvimento social sustentável. O autor defende com afinco que as liberdades social e política são o caminho ideal para a realização do desenvolvimento social e sustentável como um ciclo positivo de conquistas que paulatinamente reduz a desigualdade e os mecanismos vinculados à sua reprodução.

A reflexão de Sen (2000) sobre a liberdade tem como característica a preocupação em matizar as nuances que a caracterizam. Em razão deste objetivo, o autor elenca e debate cinco tipos de liberdades instrumentais para a realização do desenvolvimento sustentável, a saber: liberdades políticas, liberdades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Para Sen (2000), as liberdades instrumentais representam os mecanismos fundamentais para o alcance do desenvolvimento. Sob a perspectiva de Amartya Sen (2000), é impossível organizar as diversas liberdades instrumentais em uma escala hierárquica. Entretanto, neste artigo, as liberdades políticas associadas às garantias de transparência são objeto de maior interesse, em razão da conexão com o objeto de pesquisa. Para Sen (2000), as participações política e social são estratégicas na dinâmica social por constituírem os mecanismos necessários à preservação dos direitos elementares dos cidadãos, particularmente para promover o desenvolvimento sustentável. Conforme Sen (2000), a liberdade política permite a realização da liberdade econômica, posicionamento que diverge

da perspectiva da maioria dos analistas políticos e sociólogos. Nas palavras de Sen (2000, p. 179-180),

Os papéis instrumentais das liberdades políticas e dos direitos civis podem ser muito substanciais, mas a relação entre as necessidades econômicas e as liberdades políticas pode ser também um aspecto construtivo. O exercício de direitos políticos básicos torna não só provável que haja uma resposta política a necessidades econômicas, como também que a própria conceituação - incluindo a compreensão - de "necessidades econômicas" possa requerer o exercício desses direitos. De fato, pode-se afirmar que uma compreensão adequada de quais são as necessidades econômicas - seu conteúdo e a sua força - requer discussão e diálogo. Os direitos políticos e civis, especialmente os relacionados à garantia de discussão, debate, crítica e dissensão abertos, são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas. Esses processos são cruciais para a formação de valores e prioridades, e não podemos, em geral, tomar as preferências como dadas independentemente de discussão pública, ou seja, sem levar em conta se são ou não permitidos debates e diálogos.

Segundo Sen (2000), desenvolvimento sustentável somente será alcançado com a discussão sobre a condução das políticas públicas. O percurso defendido por Sen (2000), para a realização do desenvolvimento social sustentável, tem como recurso elementar o debate entre os diversos grupos que compõem a sociedade. O acesso à informação é pressuposto do desenvolvimento social sustentável. Essa perspectiva perpassa a reflexão do autor e resulta na defesa convicta de que a identificação das necessidades básicas ocorre mediante o debate público. Somente diálogo possibilita a elaboração e a aplicação de mecanismos de comunicação mais acessíveis à população, o que em última instância significa a organização e aplicação dos recursos da comunicação digital em consonância às necessidades e possibilidades de acesso à tecnologia que a maioria da população dispõe.

Esta última observação é importante por indicar uma possível fragilidade do uso da comunicação digital para elevar a participação da população na gestão municipal. Caso a população não disponha de meios para utilizar a comunicação digital para acessar o poder executivo municipal, a implantação destes serviços não resultará em avanço para potencializar a liberdade política dos cidadãos. Portanto, não é suficiente realizar a simples implantação das ferramentas digitais para a efetivação da participação

da popular na gestão municipal

A participação da população na gestão municipal implica na relevante ligação entre o exercício efetivo da liberdade política e a construção do capital social que potencializa o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Para Bourdieu (1980), o capital social resulta das relações travadas entre agentes de diversos campos sociais que identificam as contribuições que cada grupo de agentes pode acrescentar aos demais. O sociólogo francês pensa o capital social inserido nas estratégias de ascensão inerentes à busca de projeção de cada grupo de agentes em seu campo específico e também em relação aos demais campos sociais. Revela-se, portanto, a formação do capital social na concorrência entre os grupos sociais.

Capital social, portanto, não é um termo destituído de implicações em relação ao campo político. Bourdieu (1980) conceitua o capital social no espectro mais amplo da sua obra. O capital social está, para Bourdieu, relacionado a disputas de poder que opõem em cada campo social os dominados e os dominantes. A ascensão dos dominados corresponde à aquisição de capital social ou a sua valorização perante o reconhecimento do capital social dos dominados.

As implicações da dinâmica complexa do capital social são discutidas com propriedade por Marteleto e Silva (2004, p. 44), que apontam para os múltiplos fatores que o caracterizam, a saber:

O capital social, por sua vez, é definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações. A construção de redes sociais e a conseqüente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais. Entender sua constituição pode levar à sua utilização, como mais um recurso, em favor do desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades. Para isso, deve-se ter em conta que as redes se constituem em canais pelos quais passam informação e conhecimento.

Para esses autores, a pluralidade social permeia a constituição do capital social dos diversos grupos sociais. A compreensão da formação das diferentes formas de capital social que perpassam o conjunto dos municípios é outro desafio fundamental. Pensar que a formação das redes de comunicação digital com o objetivo de incluir a população na gestão municipal

pode prescindir do conhecimento da comunidade é um erro estratégico. Os conflitos que constituem as disputas por poder serão replicadas no ambiente virtual. É estratégico desenvolver mecanismos para incluir a população com menor acesso à tecnologia, ao conhecimento e aos recursos financeiros.

A consolidação de mecanismos mais favoráveis à participação popular na administração municipal tem origem nas determinações da Constituição de 1988 e no Estatuto das Cidades. A participação popular foi classificada como fundamental para a gestão municipal efetivamente democrática. E a principal expressão da gestão participativa e inclusiva é a elaboração do plano diretor.

Os municípios brasileiros com população igual ou superior a 200 mil habitantes têm que cumprir a determinação legal de elaborar com participação da sociedade civil organizada, poder legislativo e poder executivo, o plano diretor. Esse artefato não é um simples planejamento técnico da expansão urbana. O plano diretor representa o conceito de desenvolvimento urbano que cada município, mediante a participação dos cidadãos, busca alcançar. A previsão de investimentos em diversas áreas, como a educação, a saúde, a segurança e a infraestrutura urbana, deve simultaneamente atender as reivindicações consideradas prioritárias por parte da população e possibilitar a médio e a longo prazo a efetivação do conceito de cidade subjacente ao delineamento e a execução do plano diretor.

A principal característica do plano diretor é, portanto, favorecer o desenvolvimento sustentável das cidades, independentemente do grupo político que detém o controle do executivo a cada mandato. A definição de metas favorece o direcionamento do desenvolvimento mediante princípios, cuja realização é orientada para a constituição de uma cidade sustentável e inclusiva para os cidadãos. Porém, o desenvolvimento sustentável é uma conquista que depende da efetiva participação da população e o plano diretor é um mecanismo adequado à sua consecução, tanto na elaboração quanto na aplicação dos seus princípios.

As reflexões anteriores indicam que a comunicação digital pode favorecer a inclusão dos grupos sociais na administração municipal, cuja inserção por meio da internet ocorre através das redes sociais. Dois aspectos fundamentais que dificultam a participação política dos cidadãos e que são concernentes à vida urbana contemporânea são mais bem administrados com a formação de redes sociais ligadas à gestão pública, o tempo e o espaço.

O ambiente digital possibilita a constituição de redes sociais virtuais que ultrapassam a limitação territorial e temporal imposta por múltiplas atividades concernentes à produção da vida social contemporânea. A inovação tecnológica motiva a formação de grupos interessados em exigir do poder público municipal ações concretas para a conquista do desenvolvimento sustentável. Entretanto, a formação de redes sociais ligadas à gestão municipal e permeada com o debate público não ocorre sem a concorrência do poder executivo. A interatividade deve ser organizada e estimulada para a inclusão dos grupos sociais. O desenvolvimento dos sites oficiais das prefeituras municipais e a incorporação das tecnologias necessárias à formação das redes sociais são vitais para favorecer a participação da população na gestão pública.

O uso do termo redes sociais é um recurso conceitual que permite caracterizar o uso das novas tecnologias desenvolvidas na última década. A aplicação da comunicação digital favorece o aperfeiçoamento da governança eletrônica, cujos aspectos mais promissores em relação ao alcance do desenvolvimento sustentável mediante o estímulo à liberdade política são sintetizados em dois termos: transparência e interatividade. A partir da relação entre esses dois termos e a liberdade política essencial ao desenvolvimento sustentável, é possível sistematizar as principais aplicações das mídias digitais na gestão pública, a saber: como mecanismo de transparência da gestão e contas públicas; como oferta de serviços ao cidadão de forma descentralizada; como mecanismo social de regulação e controle da gestão, uma vez que as figuras públicas estão muito mais expostas aos meios de comunicação, à expressão de anseios e necessidades dos cidadãos, à formação de grupos e redes na sociedade civil organizada, uma vez que as mídias são facilitadoras para o agrupamento independente da proximidade geográfica, da função informativa, como a divulgação de audiências públicas e da disponibilização de legislação.

2 MÉTODO

O objetivo desta pesquisa é investigar e caracterizar a utilização dos mecanismos de comunicação digital na administração municipal das capitais estaduais do Brasil, cujo fundamento é a possibilidade da aplicação dos meios de comunicação para desenvolver a gestão democrática. Essa conquista não ocorre espontaneamente e depende da criação e da aplicação de recursos adequados para o estímulo da participação da população na gestão. Outro aspecto

fundamental e que está conectado à efetivação de condições para um desenvolvimento mais justo é a capacidade de atrair recursos para o município mediante o uso da comunicação digital.

Partindo do pressuposto que a Internet é uma mídia que concentra características que viabilizam essa participação, por ser essencialmente interativa,

foram selecionados como *corpus* da pesquisa os sites das capitais brasileiras.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto ao objetivo, de abordagem qualitativa, com delineamento documental.

O Quadro 1 apresenta os critérios de análise selecionados e sua justificativa.

Critérios	Justificativa
Contatos	O contato facilitado é compreendido como forma de ampliar o diálogo entre municípios e governo.
Serviços <i>on-line</i>	A oferta de serviços <i>on-line</i> representa facilitação do acesso aos serviços, muitos dos quais incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000)
Consulta às contas públicas	A disponibilização de contas públicas possui relação direta com a transparência, também apontada por Sen (2000).
Comunicado mecanismos participação	A divulgação de instrumentos institucionalizados de participação popular na gestão pública, tais quais audiências públicas, é um indicador de gestão democrática.
Públicos contemplados	O diálogo com públicos distintos demonstra o reconhecimento da diversidade dos atores sociais.
Uso de redes sociais, <i>blogs</i>	Essencialmente interativos e livres de controle de conteúdo, as redes sociais e <i>blogs</i> concretizam o diálogo equitativo entre as partes.
Disponibilização de legislação	Acesso e direito à informação é elemento essencial para o desenvolvimento, conforme Sen (2000).
Informações sobre a gestão	O detalhamento das ações relaciona-se também com a transparência da gestão.

Quadro 1 - Critérios de análise
Fonte: elaborado pelos autores (2010)

Os aspectos escolhidos para a análise estão relacionados às possibilidades tecnológicas disponíveis na atualidade, que geridos adequadamente favorecem a ampliação da participação da população na gestão do município, visto que a incorporação destas tecnologias em prol da eficácia da gestão municipal e estímulo à participação popular pode dinamizar o desenvolvimento regional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar a visualização dos resultados, foram sistematizados os aspectos observados nos sites analisados, para posterior discussão. Os Quadros 2 a 6 foram organizados considerando as regiões do Brasil, com o único intuito de otimizar a apresentação dos dados primários obtidos.

(continua)

Município	Contatos	Serviços on line	Consulta às contas públicas	Comunicado mecanismos participação	Públicos contemplados	Uso de redes sociais, <i>blogs</i>	Disponibilização de legislação	Informações sobre a gestão
Rio Branco AC	E-mail Ouvidoria de saúde	Vários serviços disponíveis	Não há	Não há um link específico. Pode aparecer na seção notícias	Cidadão Imprensa	Não	Disponível legislação municipal	Não há link específico, somente na seção notícias
Manaus AM	Fale com a prefeitura Ouvidoria	Vários serviços disponíveis	Link Transparência	Não há link específico	Turista Cidadão Servidor	Twitter	Disponível legislação Municipal no link Transparência	Não há link específico, somente na seção notícias

(conclusão)

Município	Contatos	Serviços on line	Consulta às contas públicas	Comunicado mecanismos participação	Públicos contemplados	Uso de redes sociais, blogs	Disponibilização de legislação	Informações sobre a gestão
Porto Velho RO	Fale com o prefeito	Vários serviços disponíveis	Link Transparência: Contas públicas + folha de pagamento	Não há um link específico. Pode aparecer na seção notícias	Servidor Turista Cidadão	Não	Disponível legislação municipal, estadual e federal	Somente programação cultural
Macapá AP	---	---	---	---	---	---	---	---
Boa Vista RR	Central de Contatos	Vários serviços disponíveis	Prestação de contas disponível de 2008 a 2010	Não há um link específico. Pode aparecer na seção notícias	Cidadão	Twitter	Disponível legislação municipal	Somente nas notícias, não há link específico
Belém PA	Fale com o prefeito	Vários serviços disponíveis	Disponível gestão fiscal a partir de 2005	Não há link específico	Cidadão Investidor Servidor Imprensa	Não	Disponível legislação municipal	Somente nas notícias, não há link específico
Palmas TO	Ouvidoria	Vários serviços disponíveis	Não há	Não há	Servidor Cidadão	Twitter RSS Web Rádio	Disponível legislação municipal	Link de planejamento e gestão, com informações restritas

Quadro 2 - Capitais dos Estados da Região Norte
Fonte: Elaborado pelos autores (2010)

Município	Contatos	Serviços on line	Consulta às contas públicas	Comunicado mecanismos participação	Públicos contemplados	Uso de redes sociais, blogs	Disponibilização de legislação	Informações sobre a gestão
Cuiabá - MT	Ouvidoria Pergunte ao prefeito	Vários serviços disponíveis	Portal Transparência	Não há link específico. Pode aparecer nas notícias	Turista Servidor Cidadão	Somente programa de rádio	Disponível	Licitações em andamento
Goiania - GO	Contato Link para comunicar erro do site	Vários serviços disponíveis	Não há	Não há link específico. Pode aparecer nas notícias	Turista Servidor Autoridades (cadastro de autoridades)	Twitter Orkut Youtube Facebook	Disponível	Agenda de eventos com presença do prefeito
Campo Grande - MS	Fale com a prefeitura	Vários serviços disponíveis	Disponível a partir de 2006	Links com datas das reuniões	Cidadão Servidor Há uma categorização de 25 públicos-alvo	Não	Disponível	Agenda do prefeito dia-a-dia

Quadro 3 - Capitais dos Estados da Região Centro-Oeste
Fonte: Elaborado pelos autores (2010)

Município	Contatos	Serviços on line	Consulta às contas públicas	Comunicado mecanismos participação	Públicos contemplados	Uso de redes sociais, blogs	Disponibilização de legislação	Informações sobre a gestão
Curitiba- PR	Fale conosco	Vários serviços disponíveis	Disponível	Informações sobre audiências públicas na seção notícias	Turista Investidor Servidor Cidadão	Web Rádio Web TV Twitter RSS	Disponível	Divulgação das obras e contrato de gestão
Florianópolis - SC	Ouvidoria	Vários serviços disponíveis	Link Prestação de Contas	Não há link específico	Servidor Cidadão Turista	Twitter	Legislação municipal disponível	Agenda municipal completa disponível
Porto Alegre RS	Ênfase no contato telefônico 156	Vários serviços disponíveis	Portal Transparência Contas públicas disponíveis	Não há link específico. Pode aparecer na seção notícias	Cidadão Empreendedores Estudante Servidor Turista	Twitter RSS Flickr Web Rádio Webcam da cidade	A legislação municipal é disponibilizada No Portal Transparência	No conteúdo noticioso. Separado por públicos de interesse

Quadro 4 - Capitais dos Estados da Região Sul
Fonte: Elaborado pelos autores (2010)

Município	Contatos	Serviços on line	Consulta às contas públicas	Comunicado mecanismos participação	Públicos contemplados	Uso de redes sociais, blogs	Disponibilização de legislação	Informações sobre a gestão
São Paulo - SP	Ouvidoria SAC Fale conosco Telefones	Vários serviços disponíveis	Link De olho nas Contas	Link Participação	Cidadão Investidor Turista Servidor	Não	Disponível	Agenda do prefeito disponível em notícias
Rio de Janeiro - RJ	Ouvidoria Telefones úteis	Vários serviços disponíveis	Portal Rio Transparente	Não tem link específico. Pode aparecer na seção notícias	Turista Cidadão Servidor Investidor	Conceito Web 2.0 "Minha prefeitura" Personalização do site	Disponível	Não há link específico
Belo Horizonte - MG	Ouvidoria	Vários serviços disponíveis	Disponível	Link orçamento participativo	Turista, estudante, servidor, cidadão	Web TV	Disponível	Obras em andamento Link agenda, com conteúdo indisponível
Vitória - ES	Ouvidoria Destaque para contato telefônico	Vários serviços disponíveis	Portal da Transparência	Não tem link específico	Cidadão Empreendedor Turista Servidor	Twitter Facebook RSS Webrádio	Legislação municipal disponível	Não há link específico

Quadro 5 - Capitais dos Estados da Região Sudeste
Fonte: Elaborado pelos autores (2010)

(continua)

Município	Contatos	Serviços on line	Consulta às contas públicas	Comunicado mecanismos participação	Públicos contemplados	Uso de redes sociais, blogs	Disponibilização de legislação	Informações sobre a gestão
São Luis MA	Não é encontrada uma forma de contato na homepage	Vários serviços disponíveis	Não há	Não há link específico	Cidadão Servidor Turistas	Twitter	Não há link específico	Não há
Teresina PI	Fala Teresina	Vários serviços disponíveis	Disponível	Não há link específico	Cidadão Servidor Empreendedor	Não	Disponível	Não há link específico
Fortaleza CE	Fala Fortaleza	Vários serviços disponíveis	Disponível no link tributos	Link Participação popular, sem agenda/datas	Servidor Cidadão Imprensa	Youtube Webrádio	Disponível no link tributos	Link de agenda da gestão, porém sem informações atualizadas
Natal RN	Fale com a prefeita Ouvidoria	Vários serviços disponíveis	Link Transparência Natal	Não há link específico	Servidor Cidadão Imprensa	Não	Disponível	Possui link de agenda, mas sem conteúdo na data de acesso
João Pessoa PB	Ouvidoria	Vários serviços disponíveis	Link Transparência	Banner - link para acompanhar orçamento participativo	Cidadão Servidor	Twitter Youtube Facebook Orkut	Disponível	Semanário Oficial
Recife PE	Fale com a gente Link com número telefone	Vários serviços disponíveis	Disponível, com sistema de busca detalhado, por período e projeto	Link para orçamento participativo	Cidadão Servidor	RSS Twitter	Disponível	Agenda diária do prefeito
Maceió AL	Fale com o prefeito Espaço para sugestões no portal do Cidadão	Vários serviços disponíveis	Link existente, mas com informação indisponível no dia do acesso	Link de audiências públicas dentro de Planejamento e gestão	Cidadão	Webrádio	Legislação municipal disponível	Link de projetos em execução e orçamento

(conclusão)

Município	Contatos	Serviços on line	Consulta às contas públicas	Comunicado mecanismos participação	Públicos contemplados	Uso de redes sociais, blogs	Disponibilização de legislação	Informações sobre a gestão
Aracaju SE	Fala cidadão	Vários serviços disponíveis	Aparece como notícia no link finanças.	Não há link específico	Cidadão	Twitter Facebook Orkut Youtube Flickr Podcast	Legislação municipal Disponível	Não há link específico
Salvador BA	Fale Conosco	Vários Serviços Disponíveis	Não há link específico	Não há link específico	Empreendedor Cidadão Servidor	Twitter	Disponível	SIAM - Sistema Integrado de Acompanhamento das Ações Municipais - só para servidores Link Gestão pública - notícias específicas disponíveis

Quadro 6 - Capitais dos Estados da Região Nordeste
Fonte: Elaborado pelos autores (2010)

Observa-se que há diferenças entre a utilização de recursos entre os 26 governos municipais analisados. Um aspecto relevante refere-se aos públicos contemplados pela comunicação institucional do site. Do total, apenas quatro municípios oferecem espaços de diálogo específicos para a imprensa. A partir da premissa do marketing aplicado às cidades, entende-se que um bom relacionamento com a imprensa pode ampliar a visibilidade do município, reforçando seu posicionamento perante os públicos interno e externo. Observou-se, também, que vários municípios que possuem forte atividade turística não contemplam o turista como público-alvo da comunicação do site, desperdiçando a chance de oferecer informação para um público que, em princípio, movimenta a economia do município. Formula-se a hipótese de que a imagem turística da cidade é construída mais pela comunicação mercadológica da iniciativa privada do que pela comunicação pública, o que pode gerar imagens partidárias que atendam mais à lógica do mercado do que aos recursos turísticos disponíveis.

Apenas dois sites incluem o estudante como público, demonstrando uma preocupação de informar o cidadão que futuramente poderá ter uma atuação expressiva na gestão participativa do município. Outro público pouco contemplado é o de investidores, lembrado apenas por oito do total de sites analisados, demonstrando que o diálogo com o público externo pode ainda ser fortalecido.

Outro aspecto importante refere-se às formas de interação com os sites. Apenas um dos sites faz uso do conceito de Web 2.0, que consiste na interação direta do usuário na elaboração da página, personalizado o conteúdo da *homepage*. O diálogo mais direto se dá por meio de redes sociais, adotadas por 50% das prefeituras. A interação maior do usuário com o site,

caracterizada pelo diálogo direto, sem censura de conteúdo, se dá pela plataforma das redes sociais, não pelo site institucional. Peculiar o fato de nenhuma prefeitura fazer uso do blog como ferramenta de comunicação institucional.

A disponibilização de informações, tais quais legislação e contas públicas, disponível na maioria dos sites, revela avanços sob a perspectiva da gestão democrática. Ainda que mais tímidos em alguns sites, representam a transparência defendida por Sen (2000) como fundamental para o desenvolvimento humano. Com o acesso a essas informações, o cidadão passa a contar com a possibilidade de ter uma visão mais ampla do município, pois é criada a condição para que ele tome decisão e se posicione com conhecimento da situação do município, e não apenas em relação ao que ele conhece empiricamente.

A disponibilização de serviços ao municípe, presente em todas as prefeituras consideradas, reflete a acessibilidade da população a serviços básicos os quais, segundo Sen (2000), compõem o rol de liberdades instrumentais do indivíduo. O acesso à informação, tais como a disponibilização do acesso às contas públicas, a ampliação dos serviços oferecidos *on-line*, o acesso à agenda oficial, em alguns casos, são aspectos relevantes, pois representam o acesso à informação, condição básica para a criação do cenário de uma gestão participativa, tal qual previsto no Estatuto da Cidade.

Por fim, verifica-se que não é possível encontrar um padrão de utilização da comunicação digital pelos municípios agrupados nas regiões do Brasil. Ainda que não era intenção nem hipótese traçada nessa pesquisa verificar se havia características comuns entre os sites das capitais dos Estados de cada região, a não homogeneidade revelou-se um aspecto

importante, pois permite afirmar que a região, independente do seu estágio de desenvolvimento, não é variável determinante na utilização dos recursos de comunicação digital, ao menos sob a perspectiva da emissão da mensagem, foco adotado nesse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo era caracterizar os usos de ferramentas de comunicação digital na gestão dos municípios das capitais dos estados brasileiros, partindo do pressuposto que os meios de comunicação são ferramentas facilitadoras da gestão democrática.

Verificou-se que os sites oficiais dos municípios, em função dos recursos tecnológicos disponíveis, incorporam alguns elementos que representam um avanço na gestão democrática do município, apresentando alguns aspectos apontados por Sen (2000) como fundamentais para a construção da democracia, que, por sua vez, é pressuposto para o desenvolvimento humano. Por outro lado, ainda são tímidos no diálogo com públicos externos ao município.

Importante ressaltar que o objeto de análise é insuficiente para afirmar se de fato há uma gestão democrática e transparente nos municípios, uma vez que há outras variáveis que devem ser consideradas para ser possível fazer tal afirmação. No entanto, a análise permite afirmar que a comunicação do governo de alguns dos municípios analisados disponibilizam informação aos seus munícipes por meio do site, o que é um passo importante e premissa da gestão participativa. Observa-se, também, que este estudo foi realizado sob a perspectiva da emissão, não havendo elementos suficientes para verificar os efeitos no campo da recepção, aspecto que pode ser que seja avaliado em outro estudo.

Um dos aspectos mais relevantes centra-se na facilidade de acesso à legislação municipal e, na maior parte dos casos, das contas públicas, o que permite que o cidadão acompanhe a gestão e tenha parâmetros para suas ações enquanto ator social

Finalizando, verifica-se que a Internet apresenta-se como uma mídia adequada, em função de suas características, para disponibilização de informações à população em escala municipal, fator fundamental para a gestão participativa.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Le capital social**: notes provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 31, p. 2-3, 1980.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2009-total-brasil/index.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 165-185, nov. 2003.
- KOTLER, P. et al. **Marketing de lugares**: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004. Disponível em: <<http://www.portugaliza.net/numero02/redes01.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- PICCINI, M. Sobre a comunicação nas grandes cidades. **Opinião Pública**, Campinas, v. IX, n. 2, p. 01-19, out. 2003.
- REZENDE, D. A.; FREY, K.; BETINI, R. C. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana**. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/6009/5578>>. Acesso em: 28 mar. 2010.
- ROSEMBERG, M. **Le marketing urbain en question - Production d'espace et de le discours ans quatre projects de villes**. Paris: Anthropos, 2000.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.